

DOCUMENTO

**Documentação**

OCIOAMBIENTAL CB (Brasil)

Fonte

Data 18/11/2001 Pg 19

Class. 158

**MEIO AMBIENTE**

Projeto do novo Código Florestal permitirá derrubar até 80% das matas. Mapeamento das riquezas e problemas definirá áreas exploráveis

# O mapa da exploração

Marina Oliveira  
Da equipe do Correio

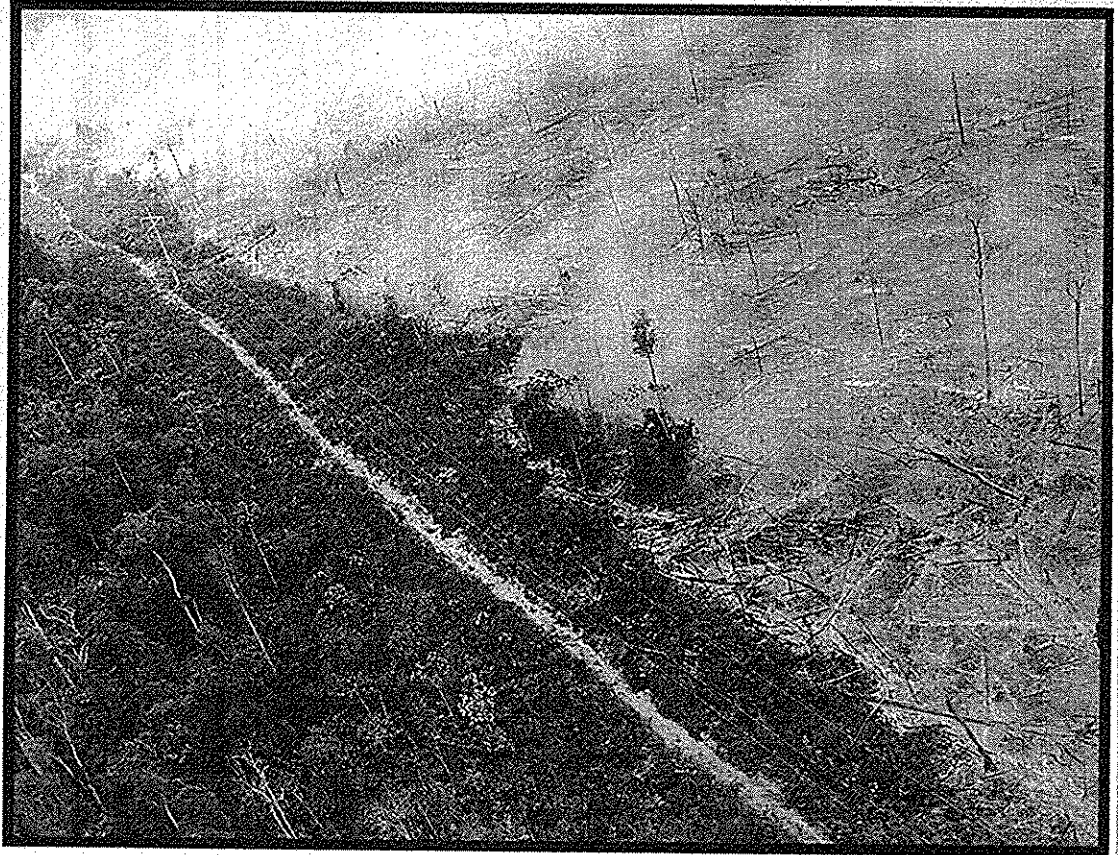
**O** Brasil não conhece o Brasil. Faltam registros precisos sobre aproximadamente 1,6 milhão de km<sup>2</sup> do território nacional. Comparado com países continentais como a China, que despertou o interesse de viajantes europeus desde o século XIII, o país mantém numerosos espaços nunca pisados pelo homem. A exploração desses cantos desconhecidos da nação virou o centro dos debates sobre o novo Código Florestal, em tramitação no Congresso. Nos textos do projeto de lei, a necessidade de revelar o Brasil por inteiro atende pelo nome de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).

O ZEE é um estudo que integra informações sobre água, solo, florestas, população, atividade econômica, lixo, poluição, índice de pobreza, entre outras. Os dados servem de base para definir qual será a destinação de cada pedaço do território. O mapeamento permite pesar fragilidades e potencialidades das regiões, antes de decidir quais as áreas passíveis de desmatamento, por exemplo.

O projeto do novo Código Florestal, de autoria do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) permite derrubar até 80% das matas existentes. Um percentual definido a partir do ZEE de cada estado. O estudo malfeito aumenta os riscos de agressão ao meio ambiente. Um trabalho cuidadoso, no entanto, pode garantir a preservação de áreas importantes em maior ou menor escala, dependendo dos percentuais de desmatamento definidos na lei.

Os ambientalistas temem uma corrida nos estados para a realização do ZEE depois da aprovação do código. Acham que sem supervisão do governo federal, o poder local cederia às pressões

Jorge Cardoso 27.8.99



**QUEIMADAS NA AMAZÔNIA: ZONEAMENTO DEFINIRÁ ÁREAS DOS ESTADOS A SEREM EXPLORADAS COMERCIALMENTE**

econômicas de fazendeiros e madeireiros, por exemplo.

**PROMESSA VAZIA**

**M**as o governo está oferecendo um dote que não tem. Desde 1990, o Brasil tenta fazer o zoneamento de seu território. O esforço começou na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) devido à pressão internacional no período de preparação para a Eco-92, no Rio de Janeiro. Onze anos depois, o zoneamento não chegou a 11% do país. "Nunca houve recurso orçamentário específico para isso", diz Luiz Camargo de Miranda, diretor do programa Zoneamento Ecológico Econômico do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Nos últimos três anos, o dinheiro investido nesse trabalho veio do orçamento do ministério e não

passou de R\$ 3 milhões.

O resultado prático da falta desse instrumento de planejamento são municípios inviáveis do ponto de vista econômico. Cidades pequenas esgotam os recursos disponíveis, como a madeira. A população decide então plantar, mas não escolhe direito a cultura e nem verifica se existe água suficiente. Tomam empréstimos que depois não conseguem pagar.

O governo formou um consórcio informal chamado ZEBrasil composto pelo IBGE, Inpe, Embrapa e CPRM responsável por coordenar o esforço nacional de zoneamento proposto no Congresso. Em 80% do território não haveria necessidade de colher novas informações, os bancos de dados disponíveis são completos o suficiente para

realizar o ZEE. No restante do país será preciso ir a campo para conhecer o Brasil.

O trabalho piloto do consórcio está em andamento na região do delta do rio Parnaíba, na divisa entre Piauí e Maranhão. A área é considerada muito frágil pela riqueza ambiental que mistura dunas móveis de areia, com ilhas fluviais e matas ciliares. O estudo que deveria estar pronto não foi concluído por falta de recursos.

Fazer um zoneamento cuidadoso do Brasil não é uma obra cara. Segundo o ministério, R\$ 50 milhões são suficientes para concluir o trabalho no prazo de 18 meses a contar de janeiro próximo. O ministério encaminhou à Casa Civil um pedido de inclusão de crédito de R\$ 50 milhões no orçamento da União do ano que vem para a conclusão do ZEE.